



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA Nº:

02/2023

DELIBERAÇÃO AM Nº:

024/2023/AM

Reunião realizada em:

12-05-2023

PROPOSTA: 01/2023/CH

ASSUNTO:

RECOMENDAÇÃO SOBRE "LEVANTAMENTO SOBRE O PATRIMÓNIO DEVOLUTO DO ESTADO NO CONCELHO DE SETÚBAL".

X
X

PROPOSTA ANEXA

TEOR DA PROPOSTA:

VOTAÇÃO	CDU	PS	PSD	CH	BE	PAN	IL	TOTAIS	RESULTADO
A Favor				2			1	3	APROVADA
Contra	17		6		1			24	REJEITADA
Abstenção		9				1		10	-

Deliberação aprovada em minuta, para efeitos do disposto dos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O PRESIDENTE DA MESA

O 1º SECRETÁRIO



CHEGA

4
[Handwritten signature]

Setúbal, 10 de Maio de 2023

Assunto: Recomendação – “Levantamento do Património Devoluto do Estado no Concelho do Setúbal”

Exmº Senhor Presidente da Assembleia
Municipal de Setúbal,

Depois da aprovação, por parte do governo, de um pacote de medidas designado “MAIS HABITAÇÃO”, cabe ao Executivo da nossa Autarquia, enquanto responsável pela aplicação de algumas dessas medidas, contribuir com medidas que ajudem na persecução do objetivo principal:

Aumentar a oferta de habitação.

Das medidas apresentadas, desde o arrendamento forçado, às obras coercivas e àquela espécie de expropriação de imóveis ao cidadão comum, proposta pelo partido socialista, achamos que deve o Estado, em primeiro lugar, dar o exemplo.

E por isso mesmo, antes de começar a expropriar o cidadão comum, deve o Estado recuperar os seus imóveis devolutos com programas extensos de reabilitação, por forma a colocar estes no mercado de arrendamento, sem impacto negativo para nenhum cidadão comum, aumentando a oferta a curto/médio





CHEGA

49
P
[Signature]

prazo, permitindo que o equilíbrio entre a oferta e a procura, baixe o preço do arrendamento, tão necessário ao nosso país e concelho.

Já num artigo do Observador, em janeiro de 2021, o título era o seguinte:

"Tribunal de Contas: Onze anos depois, Estado ainda não sabe quantos imóveis tem, nem quanto valem."

Na opinião da Bancada Municipal do Partido CHEGA, este deve ser o primeiro passo para resolver o problema da habitação.

O Estado deve dar o exemplo e fazer um levantamento profundo dos imóveis de que é proprietário e desenvolvê-los em prol da comunidade.

Por tudo o exposto propomos que a Assembleia Municipal de Setúbal, na sua reunião no dia 12 de Maio de 2023, delibere instar o Executivo da Câmara Municipal a criar uma equipa de trabalho que faça o levantamento dos imóveis devolutos do Estado no Concelho de Setúbal e que, após este levantamento, o mesmo seja enviado ao Ministério da Habitação.

A Bancada Municipal do Partido CHEGA,

Luis

MAUNIDO

